GRITAH
GRUPO DE INTERVENÇÃO E AÇÃO HUMANITÁRIA

Carta de Princípios e Valores

O princípio da dignidade humana é o fundamento e causa primeira de todos os valores que defendemos e que inspiram a nossa visão humanista do mundo - tomamos por verdade inquestionável que toda a pessoa concreta é portadora de uma inata e inviolável dignidade humana. A pessoa é a medida de todas as coisas e o fim primeiro da nossa actuação; tomamos o personalismo por referência axiológica e, por isso, defendemos o imprescindível trabalho pelo respeito dos direitos humanos de todo o ser humano e pela luta contra todas as formas de discriminação. A organização tem por base as ideias de humanidade, respeito, diálogo e partilha cultural, **aceitando o indivíduo como único e a sua obra como expressão da sua individualidade**. Mas o cumprimento do direito ao **livre desenvolvimento da personalidade** é indissociável do cumprimento dos valores da liberdade, da segurança, da justiça e da igualdade, especialmente o da igualdade de oportunidades (a concretização de uma plena justiça social implica que, em primeiro lugar, trabalhemos pela efectivação da igualdade de oportunidades entre todas as crianças do mundo).

É nosso ideal que a terra se transforme na **"casa comum dos homens"** e aspiramos a uma autêntica e harmoniosa **"sociedade aberta"** na qual o **universalismo** seja o paradigma das relações internacionais e sociais. A nossa matriz universalista radica na ideia de que a pertença ao género humano a todos reconduz a uma mesma e única família: a humanidade. A pertença a uma família comum, a existência de bens universais e o princípio da dignidade humana reclamam efectivas actuações que procurem a concretização dos princípios da solidariedade e cooperação internacionais e da fraternidade universal. Mas também exigem a existência de uma verdadeira **cidadania universal** que acompanhe a globalização das mais variadas problemáticas humanas - embora com inteiro respeito pelo direito à diferença e pela identidade cultural de cada grupo humano.

A **sustentabilidade ambiental e o humanismo** devem constituir os princípios conformadores do novo **"mundo universal" do século XXI**.

Erguemos a princípios ordenadores da actuação da nossa organização a transparência e *accountability,* a absoluta independência face a correntes políticas, religiosas ou filosóficas, a integridade ética, a responsabilidade social, a subsidiariedade, a participação, o pluralismo, o progresso, o conhecimento e a inovação.

Visão

Assumimos como particularmente urgente o cuidado para com os povos mais frágeis e indefesos, vendo em cada ser humano um indivíduo, único e irrepetível, dotado de uma identidade pessoal e histórica - cada pessoa humana é uma história que não se repete.

As sociedades humanas cada vez mais complexas e o insustentável fosso entre países ricos e países pobres reclamam o indispensável e decidido esforço colectivo de luta contra a profusão, por toda a parte, de dramáticas violações dos direitos humanos. Mas também a ação local é reclamada pelos novos e diversos problemas que atingem as sociedades dos países mais desenvolvidos e que inviabilizam uma autêntica justiça social, dando lugar a fracturas sociais que estão na base de fenómenos políticos que visam o retrocesso civilizacional. Julgamos que às tentativas de retrocesso na garantia e promoção dos direitos humanos **devemos responder com mais ambição e com uma verdadeira mobilização da opinião pública** na defesa dos valores em que assentam os direitos humanos e a democracia.

Acreditamos que a solução passa, necessariamente, pela consciencialização das crianças, através da educação para os direitos humanos e pelo fortalecimento da ideia de que o destino colectivo de cada país está nas mãos de cada cidadão, podendo cada um de nós transformar-se num obreiro de projetos portadores de uma cultura humanista – reconhecemos que a proliferação de canais de comunicação globais, como é o caso das redes sociais, poderia desempenhar um papel decisivo na denúncia das violações dos direitos humanos.

No presente ainda negamos a milhões de crianças o fundamental **direito ao livre desenvolvimento da personalidade**. O respeito e valorização da **diversidade humana** pressupõem que a cada ser humano sejam assegurados os meios indispensáveis para a construção de uma vida plena e para a prossecução do **universal direito à felicidade**.

Por todas estas razões consideramos **o direito à educação como âncora dos restantes direitos humanos** – por constituir o único meio garantístico de progressão individual e colectiva. O cumprimento deste direito fortalece a efetivação tendencialmente plena dos restantes direitos civis e políticos, económicos, sociais e culturais. Na esteira do pensamento de **Agostinho da Silva**, entendemos que o **"homem deve ser um poeta livre para que possa cumprir-se".**

O **apoio ao talento e criatividade dos jovens bem como o apoio à difusão artística** representam insubstituíveis meios de promoção dos valores personalistas - o franco **diálogo cultural entre civilizações e culturas e a interminável riqueza e diversidade de manifestações artísticas das novas gerações**, podem contribuir para a consolidação de uma consciência humanista universal mas, também, para o pleno e transversal "cumprimento" de cada pessoa.

Apesar dos perigos e até retrocessos a que assistimos, queremos acreditar que o século XXI pode ainda "salvar-se" e afirmar-se como o tempo da **derradeira oportunidade para que à "época de compromisso" possa seguir-se a "época de implementação"** - na qual a

efetivação dos direitos humanos seja uma realidade para todos os povos do mundo. O sucesso de uma eficaz implementação dos direitos humanos à escala global depende do promissor diálogo entre civilizações e do reforço do trabalho das organizações humanitárias que actualmente funcionam como "consciência do mundo" e que contam com o esperançoso e determinado voluntarismo de um número crescente de jovens que abraçam o trabalho humanitário com preocupação e sentido de urgência. Ao dinamismo da "sociedade civil mundial" deve corresponder a reformulação dos poderes das instituições que cuidam da governação mundial.

Também reconhecemos que nunca se colocou à humanidade uma tão grave urgência universal como a que nos é imposta pelo dever de cuidarmos da natureza e do ambiente. Vemos a proteção do património natural e a preservação da vida na terra como o maior desafio que se coloca à sociedade moderna. É especialmente preocupante vermos que os efeitos das alterações climáticas e do aquecimento global já atingem de modo severo as populações mais pobres do planeta - é intolerável que as comunidades já tão fustigadas pela miséria tenham ainda de conviver com a exploração abusiva dos seus recursos naturais. Em pleno século XXI, diante do vertiginoso e sem paralelo progresso de técnicas e de meios, capaz de libertar a humanidade da escassez que sempre marcou a nossa paulatina evolução, observamos, com perplexidade, centenas de milhões de pessoas sucumbindo perante o flagelo da fome - condenamos a subtracção abusiva dos recursos naturais às comunidades mais vulneráveis e a incapacidade que a comunidade internacional revela frente às actuações daqueles que prosseguem, a qualquer custo, meros interesses geoestratégicos e económicos. Aqueles recursos são o sustento e o mais rico e significativo património que cabe a cada comunidade e, por isso, jamais podem ser sonegados às populações locais. Que a este "mundo parvo" possa suceder um mundo justo.

Acreditamos que a aldeia global é já o princípio da "sociedade aberta" que pode vir a concretizar o ideal universalista do "mundo único" como espaço harmonioso e como simples morada comum da humanidade. Considerando que existem bens verdadeiramente universais. A concretização da imaginada **"Paz Perpétua"** entre todos os povos depende do reforço da cooperação internacional, do aumento dos poderes de actuação efectivamente conferidos às organizações internacionais e, por fim, da promoção da cidadania global, aspirando a que esta se concretize num verdadeiro vínculo de cidadania universal que permita a protecção e participação de todo e qualquer ser humano no âmbito de uma robusta sociedade mundial. Somos universalistas.

O extraordinário entusiasmo com que uma parte significativa dos jovens abraça os direitos humanos constitui um verdadeiro horizonte de esperança.
Somos **herdeiros dos valores plasmados na DUDH** e entre as nossas preocupações **incorporamos os objetivos de desenvolvimento do milénio** que devem guiar-nos ao eterno sonho da humanidade: a pacífica convivência de todos os povos num mundo justo e sustentável.

Missão

"A vida é veloz e o homem não pode esperar."

Pela urgência do dever de trabalhar por aqueles que sofrem, estamos inteiramente apostados na missão de construir uma forte, irreverente e ousada plataforma que promova o debate sobre o futuro comum da humanidade e que defenda os direitos humanos através da contribuição para a sua materialização (em particular do direito à educação, trabalhando direta e concretamente para que mais crianças possam ir à escola). Mas também devemos empenhar-nos na denúncia e consciencialização para as graves violações humanitárias que, recentemente, espalham-se por toda a parte. A globalização e a ligação instantânea por meio das redes virtuais deveriam, e poderiam, configurar-se como caminho privilegiado para a aproximação entre povos e ideias - o que tem sido contrariado pela complexa e conflituosa realidade social que atravessamos no presente.

A proliferação das injustiças sociais entre pessoas e sociedades e o reforço dos autoritarismos convocam-nos para um exigente e consistente empenho colectivo que tenha por ambição lutar contra práticas que não podem ser toleradas no presente. Ainda subsistem em grande número as situações de tratamento desumano e degradante como, por exemplo, a discriminação racial, a xenofobia, a intolerância religiosa, o anti-semitismo, a homofobia, a misoginia, a pena de morte aplicada a menores de idade, a subsistência de tortura e de outras penas e tratamentos cruéis, a miséria que conduz a graves inseguranças sociais e alimentícias e que é uma violação directa da segurança humana, o trabalho infantil, a violência sexual como a exploração sexual de crianças, a ostracização das pessoas com problemas de saúde mental.

É neste contexto que a educação para os direitos humanos assume particular relevância - por garantir a emancipação do indivíduo face ao Estado, ao fazer com que cada pessoa tome consciência de que é pessoa antes de ser cidadão e que, por isso, possui uma inerente, inata e inviolável dignidade humana. O seu cumprimento promove e faz irradiar a tolerância, o respeito e a diversidade humana – conseguindo-se, com isso, alcançar uma verdadeira consciência universal de direitos humanos que exija a concretização transversal dos padrões sociais que a dignidade humana exige. Também assumimos como missão prioritária o **fomento da investigação científica e da criação artística** - especialmente nas mais frágeis comunidades dos países em vias de desenvolvimento.

A "sociedade civil mundial" tem desempenhado um papel cada vez mais decisivo, ousado e irreverente na luta pela efetivação dos direitos humanos – em particular as ONGD e os mais diversos movimentos de jovens. Trabalharemos conjugadamente para a diminuição da diferença entre aquilo que é apregoado e aquilo que é praticado.

Afinal, temos por missão colectiva a defesa e concretização do desenvolvimento duradouro e sustentável, a promoção da participação e cidadania, o estímulo da cidadania global, a valorização das identidades e dos recursos locais, a denúncia dos flagelos humanitários, a aposta no conhecimento e inovação e o apoio à diversidade cultural e artística, em especial através da enriquecedora cooperação entre os numerosos povos da lusofonia.